

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 312, DE 2025

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de garantir o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoa com deficiência.

Autora: Deputada CHRIS TONIETTO

Relator: Deputado HELIO LOPES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 312, de 2025, de autoria da ilustre Deputada Chris Tonietto, pretende acrescentar dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo expressamente às pessoas com deficiência o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com critérios específicos para verificação da capacidade de condução e procedimentos adaptados para aqueles que já possuíam a CNH antes da ocorrência da deficiência.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Em 8 de julho de 2025, o parecer do Relator, Deputado Sargento Portugal, pela aprovação da proposição, foi aprovado na Comissão



de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sem apresentação de emendas.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise pretende acrescentar dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo expressamente às pessoas com deficiência o direito à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com critérios específicos para verificação da capacidade de condução e procedimentos adaptados para aqueles que já possuíam a CNH antes da ocorrência da deficiência.

Em primeiro lugar, ressaltamos a nobre iniciativa da Autora, ao procurar assegurar direitos da pessoa com deficiência.

A legislação de trânsito já assegura integralmente os direitos propostos. Assim, o Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503/1997), especialmente em seu art. 147, § 1º, prevê que o exame de aptidão física e mental seja realizado por perícia médica especializada, o que já abrange as peculiaridades de condutores com deficiência.

Complementarmente, a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 789/2020 disciplina, de forma detalhada, os procedimentos para avaliação de aptidão física e mental, bem como os exames realizados por juntas médicas e psicológicas, com critérios específicos para pessoas com deficiência.

Portanto, o conteúdo central do projeto em exame já está plenamente contemplado nas normas existentes. Apesar disso, vemos como necessário que o Estatuto da Pessoa com Deficiência também discipline a matéria.



Por último, ressaltamos ser inegável a importância da inclusão das pessoas com deficiência no sistema de trânsito brasileiro. Embora tenhamos avanços já conquistados por meio do CTB e das resoluções do Contran, é necessário o presente projeto, pois reitera garantias que precisam estar sempre presentes para auxiliar essa parcela significativa da sociedade.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 312, de 2025.

Sala da Comissão, em 02 de dezembro de 2025.

Deputado **HELIO LOPES**
Relator

2025-19307

